

UM ENFOQUE SOBRE A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL DE JOHN LOCKE

Maria Catarina Ananias de Araújo¹

RESUMO: O presente artigo versa sobre a concepção de educação formulada pelo filósofo inglês John Locke (1632-1704), considerado o precursor do pensamento liberal moderno. As ideias pedagógicas lockeanas se coadunam com as exigências de uma nova classe política e econômica que tomava corpo no cenário inglês do século XVII, a burguesia. Para que a nova concepção de vida baseada na sociedade de mercado e desejada pelos burgueses se consolidasse, seria necessário a constituição de um modelo educacional que norteasse os jovens ingleses para assimilar seus novos preceitos. Locke, então, desenvolve a concepção do *gentleman*, o homem gentil, virtuoso, com bom aporte físico e alinhado com os valores nascentes que são a tolerância, o individualismo e o respeito à propriedade privada. Esse modelo de formação humana foi decisivo para que a nova classe dirigente se confirmasse como hegemônica e seus princípios fossem universalizados no mundo moderno. Ressaltamos que o objetivo central deste enfoque é demonstrar como o filósofo inglês pensa a educação de seu tempo e a influência desse novo paradigma de ensino na vida moderna, fato que não implica na concordância plena com o seu pensamento. Por último, para desenvolver o presente estudo adotamos como ferramenta metodológica a leitura, análise e interpretação de textos selecionado do próprio John Locke e de renomados comentadores de sua teoria.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Locke. Burguesia. *Gentleman*.

UN ENFOQUE EN LA CONCEPCIÓN EDUCATIVA DE JOHN LOCKE

RESUMEN: Este artículo aborda la concepción de educación formulada por el filósofo inglés John Locke (1632-1704), considerado el precursor del pensamiento liberal moderno. Las ideas pedagógicas de Locke van en la línea de las demandas de una nueva clase política y económica que se configuró en el escenario inglés del siglo XVII, la burguesía. Para que se consolidara la nueva concepción de la vida, basada en la sociedad de mercado, deseada por la burguesía, sería necesario establecer un modelo educativo que guiara a los jóvenes ingleses a asimilar sus nuevos preceptos. Locke, entonces, desarrolla el concepto del *gentleman*, el hombre amable, virtuoso, con buena condición física y alineado con los valores nacientes, que son la tolerancia, el individualismo y el respeto a la propiedad privada. Este modelo de formación humana fue decisivo para que la nueva clase dominante se afirmara como hegemónica y para que sus

¹ Graduada e Pós-graduada em Letras e Filosofia. Professora efetiva da rede de ensino do Estado da Paraíba lecionando as disciplinas de Filosofia e Língua Espanhola. Concentra seus estudos e pesquisas nas seguintes áreas de conhecimento: Pensamento Marxista, Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino da Filosofia, Filosofia Moderna e Filosofia/História da Educação. Dedicar-se paralelamente ao estudo e ensino da Língua/Literatura Espanhola

principios se universalizaren en el mundo moderno. Destacamos que el principal objetivo de este enfoque es demostrar cómo piensa el filósofo inglés la educación de su tiempo y la influencia de este nuevo paradigma pedagógico en la vida moderna, hecho que no implica plena concordancia con su pensamiento. Finalmente, para desarrollar el presente estudio, adoptamos como herramienta metodológica la lectura, análisis e interpretación de textos seleccionados del propio John Locke y de reconocidos comentaristas de su teoría.

PALABRAS CLAVE: Educación. Locke. Burguesía. Caballero.

INTRODUÇÃO

O filósofo inglês John Locke viveu numa época de extrema efervescência política e cultural na Inglaterra e no continente europeu. O sistema feudal, em claro declínio, ainda resistia com sua produção agrícola e seus valores religiosos, frente ao capitalismo que emergia como novo modelo de produção econômica e novas formas de pensamento e comportamento que demandavam uma nova concepção de homem e de sociedade.

Este cenário de mudanças gerou muitas tensões, principalmente entre a nova classe social ascendente, a burguesia liberal, a nobreza e o clero, legatárias do feudalismo. A burguesia emergente ainda necessitava de bases para construção de seu pensamento, tendo em vista que a sociedade inglesa ainda mantinha fortes vínculos com a tradição feudal que representava um entrave para o desenvolvimento do ideário burguês.

É nesse contexto que John Locke, estudioso, político e observador perspicaz da sociedade inglesa vai desenvolver um arcabouço teórico que mais tarde o colocará como o percussor do liberalismo. Locke sempre dedicou atenção aos problemas sociais advindos da forma como seu país era dirigido. Sendo assim, na tentativa de construir um novo pensamento que ajudasse a sociedade inglesa a resolver seus impasses, construiu uma base teórica que alicerçou os fundamentos da nova ordem liberal. Dessa forma, se desenvolveu estudos que vão desde a concepção de entendimento humano até a questão educacional, promovendo uma reviravolta nas concepções mais tradicionais sobre estes temas.

Na educação, que é o objeto de enfoque dessa pesquisa, ele prioriza a formação de um novo homem fundamentada nos valores morais burgueses. Em sua obra *Alguns pensamentos acerca da educação* (1693), defendeu que o ensino se volte para a vida prática do homem, ou seja, o mundo dos negócios, a adaptação a sociedade de mercado e ao preparo mental e físico para desenvolver funções sociais de destaque, pautando-se sempre pela racionalidade.

Nestes termos, este artigo se dividirá em três etapas interligadas, a saber:

- John Locke e o contexto histórico da sociedade inglesa de seu tempo;
- O liberalismo como ideal político;
- A concepção educacional de John Locke.

As ideias de Locke, para a educação, foram preponderantes para a afirmação dos valores ideológicos da burguesia inglesa e influenciaram todo o itinerário da modernidade. Por essa razão, acreditamos que seu modelo educacional tem um papel histórico relevante e ainda continua exercendo uma forte influência na educação contemporânea. Por isso, é fundamental compreender suas bases e o que elas representam para educadores e educandos no contexto atual.

1 – JOHN LOCKE E O CONTEXTO HISTÓRICO DA SOCIEDADE INGLESA DO SÉCULO XVII

A Inglaterra do século XVII passava por intensas transformações de cunho político, econômico e cultural. As mudanças promovidas pela derrocada do sistema feudal, pela expansão do comércio e pelo surgimento de novas concepções filosóficas como o cientificismo, por exemplo, reviraram as bases da sociedade inglesa, antes de qualquer outra na Europa, favorecida por uma produção intelectual muito crítica e criativa para os padrões daquela época e que a colocou na vanguarda de muitos acontecimentos importantes. Foi na Inglaterra que se iniciaram as contestações à ordem feudal. Como destacam Ghiggi e Oliveira (1995):

Já ao longo da Idade Média, os pensadores ingleses foram mais atrevidos, ou seja, mais criativos e ousados em comparação com os demais. Para exemplificar, basta lembrar Bacon (1210-1292), Duns Scotus (1266-1308) e Guilherme de Ockam (1300-1349). Nota-se, além disso, que só em 1789, com a revolução Francesa, é que a Europa, em geral, experimenta esse clima que na Inglaterra já era vivenciado no século XVI (GHIGGI; OLIVEIRA, 1995, p. 1).

Este cenário histórico de efervescência intelectual promoveu grandes debates sobre o papel da política e o desenvolvimento da ciência, dentro de uma nova conjuntura onde as velhas práticas feudais não eram mais eficientes para atender as exigências de uma nova organização social. Obsoleta, porém resistente, a ordem feudal se mantinha forte com o apego da nobreza e

do clero às estruturas do estado inglês, ainda comprometido com essas classes sociais, com o absolutismo e com os valores cristãos medievais.

A burguesia nascente, beneficiada pela expansão do comércio marítimo e com as novas formas de exploração econômica, confrontava o modelo de governança da monarquia e defendia o fim dos privilégios das antigas classes sociais, bem como, um novo modelo de governo onde caberia ao parlamento decidir sobre os caminhos da nação.

Neste quadro de tensão entre uma burguesia cada vez mais rica e defensora do parlamentarismo e um regime absolutista decadente e autoritário, a sociedade inglesa se divide e grandes conflitos políticos e religiosos se desenvolvem, como a Guerra Civil Inglesa (1641-1651), que assolou o território inglês. De acordo com o relato de Várnagy (2006):

No início da década de 1640, começou a Guerra Civil inglesa, que decidiria a questão suprema acerca da autoridade política: monarquia absoluta ou Parlamento. O rei foi apoiado pela nobreza, pelos grandes proprietários de terras, pelos católicos e anglicanos, em contraposição ao Parlamento, apoiado pela gentry, pelos pequenos proprietários de terras, pela burguesia comercial e industrial e pelos puritanos (VÁRNAGY, 2006, p. 49).

A monarquia absolutista inglesa lutava com todas as armas possíveis contra os burgueses, gerando insatisfação e agravando as tensões já existentes. Nascido duas décadas antes do início da guerra, o jovem John Locke viu de perto esses conflitos sociais e o entrave que eles representavam para o pleno desenvolvimento da burguesia nascente.

Em 1632, nasceu John Locke. Carlos I impôs um novo imposto aos burgueses, depurou a Igreja Anglicana de “puritanos” e deu a esta um caráter “romanista”. Permitiu também a realização de festas aos domingos, fato que provocou uma forte oposição, descontentamento e emigração entre os puritanos. Havia um claro ambiente geral subversivo e revolucionário (VÁRNAGY, 2006, p. 49).

Foi nesse ambiente de conflagração entre os defensores da monarquia e os parlamentaristas que Locke começou a escrever suas principais obras, preocupado com a estabilização política de sua pátria e com a formação do homem diante dos novos desafios. De início, o pensador inglês resistiu às ideias da burguesia, mas, no decorrer do tempo, sua visão mudou e ele aderiu aos novos valores burgueses, considerando a queda do regime feudal irreversível diante dos acontecimentos que presenciava, tal como a Revolução Gloriosa (1688-1689) que culminou com a vitória da burguesia inglesa depois de décadas de conflitos políticos. Conforme relata Várnagy (2006):

Essa revolução pacífica assinalou o triunfo definitivo de uma nova estrutura social, política e econômica, baseada nos direitos individuais, na livre ação econômica e no interesse privado, criando as premissas políticas para o ulterior desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Foi a culminação de um processo que começou com a Guerra Civil e que beneficiou os interesses da burguesia, eliminando grande parte das sobrevivências feudais (VÁRNAGY,2006, p. 51).

Locke foi o pensador que dirigiu seu pensamento de acordo com as mudanças sociais implantadas pela burguesia. Sendo um autor pragmático, percebeu que a divisão da sociedade inglesa dificultava o desenvolvimento econômico, científico e cultural do país. A partir disso, escreveu importantes textos que foram decisivos para a formulação da filosofia liberal.

Dessa forma, podemos afirmar que o pensamento lockeano acerca da política e, posteriormente, acerca da educação do homem, resultam da observação histórica sobre a ascensão da burguesia inglesa e das mudanças por ela provocada diante da vitória na Revolução Gloriosa.

2 – O LIBERALISMO COMO IDEAL POLÍTICO

John Locke nasceu de uma família protestante, alinhada aos valores burgueses e defensora do parlamentarismo, desenvolve seus primeiros estudos ainda jovem e se mostra um atento observador da vida inglesa. De acordo com Várnagy (2006):

John Locke nasceu em 1632, no seio de uma família protestante com inclinações puritanas. Seu pai, um modesto advogado, lutou a favor do Parlamento durante a Guerra Civil. Locke realizou seus estudos de segundo grau na Westminster School, exercitando-se nas línguas clássicas, e em seguida ingressou num instituto universitário de Oxford, o Christ Church College, uma das mais prestigiosas instituições acadêmicas da Inglaterra (VÁRNAGY,2006, p. 51).

Locke recebeu uma educação muito tradicional ligada ao movimento escolástico e ao absolutismo, correntes de pensamento vigentes naquela época; também se interessou pelas ciências da natureza, formando-se em medicina. Mais tarde, interessou-se por política e filosofia, passando a teorizar sobre questões referentes ao Estado e ao modelo de governança de sua nação, em princípio defendia o absolutismo e a autoridade incontestável do Rei, tempos depois, muda radicalmente seu pensamento. Conforme Várnagy (2006) descreve:

O pensamento de Locke mudou radicalmente duas décadas mais tarde. Seus pontos de vista políticos, em 1661, sustentavam que a função do Estado era velar pela ordem e pela tranquilidade, pois estava convencido de que a maior ameaça para a sociedade provinha da massa ingovernável, e de que para controlá-la era necessário um governo absoluto e não era legítimo resistir ao governante. O poder do governo não podia estar limitado, pois os governantes só respondiam a Deus. De escolástico, autoritário e absolutista, converteu-se no filósofo liberal dos direitos inalienáveis e do direito à rebelião (VÁRNAGY, 2006, p. 52).

O filósofo inglês assume no decorrer de sua vida a defesa de que a sociedade surge de um contrato social, onde os homens desejavam viver em paz e liberdade e o Estado deveria zelar pelo pacto e pela ordem estabelecida em comum acordo.

O pacto social poderia ser contestado se o governante se deslegitimar-se pelo uso da violência ou pela violação dos direitos sociais e dos bens civis que na sua visão são inalienáveis, definidos em sua obra *Carta acerca da tolerância* (1689) da seguinte forma: “denomino de bens civis a vida, a liberdade, a saúde física e a libertação da dor, e a posse de coisas externas, tais como terras, dinheiro, móveis, etc.” (LOCKE, 1983, p. 05).

A partir de sua nova concepção política sobre direitos sociais, bens cívicos e função do Estado, desenvolveu inovadoras teorias sobre a instrução dos homens no contexto de uma nova organização social: a sociedade de mercado baseada na consolidação e preservação da propriedade privada.

O liberalismo político, na percepção lockeana, deve garantir a ordem social, administrar conflitos e permitir o máximo de liberdade para que o homem desenvolva suas atividades econômicas para que a sociedade se torne próspera.

O direito de propriedade torna-se central para o pensador inglês, tão importante que ele chega até mesmo a defender pena de morte como forma de proteção desse direito. Pereira (2000) esclarece que:

Locke define o poder político como o direito de fazer leis com pena de morte e com todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade. Devendo empregar a força da comunidade na execução de tais leis, assim como, na defesa da comunidade contra dano exterior tudo isso em benefício do bem público (PEREIRA, 2000, p. 9).

Defensor das leis naturais que regem o homem, Locke acredita que os preceitos que regem o liberalismo dão legitimidade para a formulação do Estado Moderno. Nas palavras de Bobbio (1997):

Podemos chamar de liberal quem reconhece que o Estado não tem o direito de intervir nas coisas indiferentes, ou, se o tem, esse direito está sujeito a limites (...) chamados “direitos naturais” (...), não-liberal é quem afirma que, depois da instituição do Estado, o indivíduo não tem mais qualquer direito sobre as coisas indiferente (BOBBIO, 1997, pp. 94-95).

O novo Estado Liberal tem como função primordial assegurar a preservação da ordem social que, na visão de Locke, é fundamental para que o homem se desenvolva e exerça suas liberdades individuais com autonomia. Segundo Gobetti:

Para Locke, a questão é provar que existe uma ordem natural compatível com a igualdade e a liberdade universal. Os seres humanos têm a capacidade de regular sua interação de forma autônoma (GOBETTI, 1992, pp. 66-67).

Nessa conjuntura, está ratificada uma filosofia política que valoriza o indivíduo e sua autonomia em detrimento do poder político soberano, que deseja controlar de forma direta ou indireta a vida e o homem, seus direitos e bens cívicos.

Surge aqui, a ideia de estado mínimo, que só se preocupa com questões primordiais como a segurança da propriedade privada, o cumprimento das leis estabelecidas em comum acordo e na contenção de conflitos que ameacem a ordem civil.

No pensamento lockeano, o que está em pauta é a livre iniciativa do homem e a garantia institucionalizada de que o Estado não interfira nas decisões individuais a não ser que estas inflijam a paz social. Cada homem é livre para exercer seu trabalho e extrair dele o máximo de benefícios para seu bem-estar. De acordo com Locke (1973):

De tudo isso, é evidente que, embora a natureza tudo nos ofereça em comum, o homem, sendo senhor de si próprio e proprietário de sua pessoa e das ações ou do trabalho que executa, teria ainda em si mesmo a base da propriedade e o que forma a maior parte do que aplica ao sustento ou conforto do seu próprio ser, quando as invenções e as artes aperfeiçoam as convivências da vida, era perfeitamente dele, não pertencendo em comum a outros (LOCKE, 1973, § 44).

Esta afirmação de Locke pode ser entendida como a institucionalização da propriedade e dos demais direitos naturais que se afinam com os ideais burgueses nascentes. A burguesia via nas práticas absolutistas um entrave ao aprimoramento dos seus negócios e de seu enriquecimento, as altas cargas de impostos cobrados sobre ela e as constantes intervenções nas regras comerciais eram concebidos como inadmissíveis e John Locke, enquanto filósofo, adere

as críticas burguesas e teoriza sobre a necessidade de uma nova ideologia que contemplasse o ideário de liberdade individual, liberdade econômica e de propriedade.

O liberalismo político se constitui, a partir dos escritos de Locke, como a filosofia da valorização da propriedade privada, do individualismo, das ciências, do conhecimento e das liberdades diversas (opinião, religião, pensamento), aquilo que já pressupõe o estado de natureza. Conforme Locke:

O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que tão-só a consultam, sendo todos iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses. (LOCKE, 1978, p. 36).

O objetivo do governo orientado pelos preceitos liberais é, portanto, regulamentar a ordem natural e legitimá-la com o propósito de assegurar que os valores burgueses sejam respeitados e garantidos em todas as esferas do poder.

A legitimação dos valores liberais como ideal político não dependia somente da organização política inglesa, embora este seja o fator principal para Locke, ela dependia também de uma nova forma de educação, que rompesse definitivamente com as raízes da cultura feudal, construindo uma nova forma de enxergar a realidade. É nessa perspectiva, que o autor inglês vai desenhar um novo modelo de formação humana, que abordaremos adiante.

3 – A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL DE JOHN LOCKE

O modelo de educação de um determinado período histórico é sempre resultado das ideias econômicas e políticas predominantes naquele momento, ou seja, a educação é ideológica tanto quanto qualquer outra visão de mundo.

A realidade em que o jovem Locke foi educado, não mais correspondia a realidade em que o pensador Locke já vivia, isso implica dizer que suas ideias relativas a educação são o produto de todo ideário liberal que já estava sendo sedimentado.

A teoria pedagógica lockeana se encontra num momento de transição entre a ordem feudal e a nova ordem liberal. Esta última necessitava de uma nova matriz formadora que atendesse seus interesses e é nesse sentido que Locke vai desenvolver um modelo de educação

completamente inovador para seu tempo e com repercussão por toda a história do pensamento educacional moderno.

Antes de adentrar nas ideias educacionais propriamente ditas é preciso pautar que John Locke também é fundador do empirismo moderno, doutrina que defende que o conhecimento advém da experiência sensível do indivíduo com a realidade, refutando o princípio inatista. Contra tal doutrina, afirma “[...] que a capacidade é inata, mas o conhecimento adquirido” (LOCKE, 1988, p. 14). Para compreender como se dá a compressão humana o próprio filósofo inglês descreve:

Quando as crianças chegam ao mundo pela primeira vez, encontram-se rodeadas por uma infinidade de coisas novas, que, por constante solicitação de seus sentidos, orientam a mente constantemente para elas, avançando para observar de novo, e se deliciando com a variedade cambiante de objetos. São, assim, os primeiros anos usualmente empregados e entretidos em olhar para fora (LOCKE, 1988, p. 29).

Isto posto, Locke recorre a lógica de que tal como conhecimento, o processo de ensino provém da experiência e sua pedagogia busca referência na realidade com vistas a atender necessidades práticas de sua época. O novo homem que emergia do liberalismo precisava desenvolver-se para a adaptação aos novos valores sociais que ainda precisavam ser universalizados. De acordo com Nascimento:

Para Locke, a mudança de valores da classe dirigente faz-se oportuna para garantir a efetivação dos ideais da classe política que ascendeu ao poder com o advento da Revolução Gloriosa. Ele direciona seu projeto educacional para aqueles que irão exercer funções públicas de destaque, seja no comércio ou na política, ou seja, a educação deve formar o gentleman (NASCIMENTO, 2014, p. 242).

Sendo a educação voltada para a função acima citada, o que podemos definir como *gentleman*? Enguita (1986) aponta que o conceito de *gentleman* que Locke desenha difere completamente do conceito europeu. Para ele, O homem gentil tem por responsabilidade ser tolerante, autônomo e protetor dos direitos inalienáveis: a vida, a liberdade, os bens e a propriedade privada. O cavalheiro europeu é justamente o oposto, dependente das ações de terceiros, com muitos privilégios, frequentador exagerado da corte e descomprometido com o bem comum e com o aperfeiçoamento de seu próprio intelecto.

A partir dessa diferenciação a educação dos meninos, para se tomarem futuros homens *gentis*, deve começar desde cedo. Os fundamentos do ensino arquitetado pelo autor inglês pressupõem que o homem aprende pela experiência, pela discussão, pela racionalidade e pelo

treinamento e isso vai fazer toda diferença para o homem inglês, colocando em vantagem frente aos outros.

Nesse sentido, é possível afirmar que a pedagogia busca referência na realidade com o intuito de conhecer através da observação, da vivência prática e do treino. Esse tipo de ensino fomenta no menino a ideia de autocontrole e de que conhecer é poder e que o conhecimento vai depender da aprendizagem de bons hábitos: “A principal coisa que se deve atender na educação dos meninos são os hábitos que se chegam a contrair em princípio” (LOCKE, 1986, p. 53).

Para Locke os hábitos são a chave da integridade moral no processo educativo, o objetivo primeiro era controlar as crianças no que diz respeito aos seus desejos e paixões momentâneas. Dessa forma, fica claro que o propósito era formar a criança para a vida adulta e por isso era preciso moldar sua vida atual para que ela atingisse o autocontrole.

Essa posição justifica a crítica de Locke ao modelo de educação tradicional que ainda vigorava em seu tempo e no qual ele próprio foi formado, segundo suas afirmações essa forma de ensino exagerava no excesso de conteúdos que não se aplicaram a vida real das crianças, seus instrumentos eram rígidos e cansativos e o método se embasava na punição e se resumia a um ideal de erudição demorado e pouco atrativo e desconectado da realidade. Conforme relata Nascimento, “É a partir desse ponto que o filósofo discorda dos objetivos da educação vigente que, ao formar eruditos, não prepara indivíduos aptos a entenderem os fenômenos sociais e políticos em curso.” (NASCIMENTO, 2014, p. 244).

A partir do relato acima, apreendemos que o modelo de formação ideal para o pensador inglês é aquele que atenta para formar a consciência política e social do homem, pois assim, os indivíduos são formados para uma melhor adaptação às exigências da sociedade de mercado e tornam-se ao mesmo tempo homens gentis.

Por isso, cabe ao ensino desenvolver no infante todas as suas capacidades físicas, intelectuais e morais. A educação física é um fator preponderante no itinerário formativo lockeano, uma vez que o corpo saudável é condição indispensável para facilitar a assimilação dos bons hábitos. Questões como: a higiene pessoal, boa alimentação e fortalecimento do corpo com atividades físicas disciplinam o espírito dos meninos. Locke tem a preocupação de formar o *gentleman*, o homem gentil e preparado para desenvolver as atividades próprias da burguesia, a educação das meninas estava voltada para questões convencionais e familiares, afastadas da atuação nos negócios.

A disciplina do espírito conduz ao autocontrole, evita os desatinos e edifica a moral, constitui-se assim, a racionalidade, a autonomia e a tolerância que formam a personalidade de um homem preparado para interagir com o meio onde vive.

Completando as etapas de formação do infante, o desenvolvimento intelectual deve conduzir a mente a aprender sobre qualquer conhecimento, qualquer conteúdo que lhe auxilie na compreensão de sua realidade para que, no momento oportuno, saiba tirar o melhor proveito de sua boa formação. Assim, fica evidenciado que a instrução para Locke tem por finalidade a formação do homem gentil, pautado pela sua razão ou capacidade de controle sobre si. Abbagnano (1982) esclarece que:

A reforma radical que Locke operou no conceito da razão tem como finalidade adaptá-la à sua função de guia autônomo do homem num campo que não se restringe à matemática e à ciência natural, mas abraça todas as questões humanas. A própria investigação gnosiológica de Locke nasce num terreno que não é o do conhecimento teórico, mas o dos problemas humanos (ABBAGNANO, 1982, p. 61).

Corroborando com o pensamento de Nicola Abbagnano, a preocupação de Locke vai além de formar o homem burguês para os negócios, embora isso seja muito importante. Ele também está preocupado com a formação humana em si, provocando uma reflexão muito ampla sobre como o homem aprende e quais conteúdos são de fato importantes para a vida das crianças e conseqüentemente do adulto.

Em suma, a obra de John Locke torna-se relevante por defender que a educação deva ser disciplinadora no sentido de criar uma consciência humana edificada nos valores de tolerância e da diversidade e liberdade de pensamento, refutando punições e métodos cansativos para a formação das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse breve enfoque, verificamos que a teoria pedagógica do filósofo inglês John Locke é produto de sua crítica à educação tradicional inglesa, baseada nos preceitos medievais vigentes, difundidos pelas monarquias absolutistas e pela nobreza e clero. Essas ideias baseadas no conceito de inatismo, onde a mente humana já detinha todo o conhecimento de maneira prévia, não mais se sustentava, assim como o absolutismo e o feudalismo na Inglaterra do século XVII.

Nascido no período de transição da ordem feudal para a ordem liberal, com a ascensão da burguesia, nosso autor experimenta das duas concepções de mundo, tomando posição, posteriormente, pelos princípios burgueses. Teorizando sobre esses valores, passa a defender os conceitos de direito natural, liberdades individuais, tolerância e propriedade privada.

Na sua visão, era necessário desenvolver um novo modo de organização política que viesse ao encontro com o modelo econômico e social estabelecido pela burguesia. Por esse motivo, repensa sobre a função do poder político e determina como prioridade do Estado Moderno garantir a segurança da propriedade privada e dos bens civis do homem.

Nesse quadro, também julga necessário pensar em uma nova maneira de educar as crianças inglesas, para que estas sejam adultos preparados para compreender e se adaptar a sociedade burguesa. Assim, desenvolve o conceito de *gentleman*, o homem gentil com todas as qualidades para atuar nos diversos negócios da nova ordem.

Para além da formação do *gentleman*, a educação, proposta por Locke deve se voltar para a diversidade de conhecimento e para o constante aprimoramento das atividades humanas. Tratar a educação como um processo de construção de bons hábitos para a integração com vida prática constituiu a Locke uma originalidade indiscutível.

A universalização de conceitos identificados nos seus escritos, e que se encontram presentes até hoje, nos currículos formativos, tais como: tolerância, autocuidado, autonomia, dentre outros, também deixam claro a pertinência da obra Lockeana no cenário atual da educação, e compreender o sentido de educar na sua filosofia é de suma importância para entender a realidade do ensino numa sociedade guiada pela força do capitalismo.

Portanto, enquanto vivermos sob o signo do capital e seus valores, o conceito de ensino idealizado por John Locke será sempre atual e exercerá importância sobre as diretrizes da educação em qualquer parte do mundo desenvolvido, dado o nível de universalização por ele atingido.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. 3. ed. São Paulo: Presença, 1982.

BOBBIO, N. *Locke e o direito natural*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Revista Instante, v. 4, n. 2, p. 119 – 131, Jul./Dez., 2022

ISSN: ISSN 2674-8819

Departamento de Filosofia, Universidade Estadual da Paraíba

ENGUITA, M.F. Prologo. In.: *Pensamientos sobre la educación*. Tradução Rafael Lasaleta. Madrid: AKAL, 1986.

GOBETTI, D. *Private and public: individuals, households and body politics in Locke and Hutcheson*. New York: Routledge, 1992.

GHIGGI, Gomercindo; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. *O conceito de disciplina em John Locke: o liberalismo e os pressupostos da educação burguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

_____. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Segundo tratado sobre o governo*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

_____. *Segundo tratado sobre o governo*. Tradução E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção “Os Pensadores”.

PEREIRA, A. R. *O direito à propriedade através do trabalho como um ato moral no Segundo Tratado do Governo Civil de Locke*. Campinas: PUC-Campinas, 2000. (Dissertação de mestrado em Ética e Filosofia Política).

VÁRNAGY, Tomás. *O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo*. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx. n, Atílio, A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006. ISBN: 978-987-1183-47-0.